



## Índice

- 01 Índios definem pauta de reivindicações no Estado
- 02 Suplicy elogia desocupação de terra indígena no MT
- 03 Dois índios do programa de reserva de vagas se formam na UFSCar
- 04 Seminário de Documentação Indígena acontece em maio
- 05 MPF investiga crianças indígenas que pedem esmolas em Concórdia
- 06 Quilombos inspiram pesquisa
- 07 Emater ajuda quilombolas no acesso ao Minha Casa, Minha Vida Rural
- 08 POCONÉ: Gestão de terras indígenas serão lançadas
- 09 Guarani-Kaiowás vão a Brasília pressionar por demarcação e segurança
- 10 Famílias Indígenas ocupam fazenda da Veracel no interior de Itabela





## **Índios definem pauta de reivindicações no Estado**

SÍTIO GLOBO, 13.03.2013

O movimento indígena cearense vai discutir sobre a demarcação das terras indígenas, bem como a reivindicação de uma fiscalização permanente no Interior das terras das etnias junto à Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília. Reclamam que invasões, desmatamentos e retiradas de argilas são constantes em suas terras. Uma comissão será formada no fim deste mês e, por ocasião das comemorações alusivas ao Dia do Índio, em abril, irão à Brasília levando o pleito.

"Aprovamos resolução para formar comissões de povos indígenas para discutir com a Funai de Brasília sobre a demarcação das terras indígenas e também foi discutido sobre uma fiscalização mais contínua no interior das terras indígenas, pois são constantes as invasões, desmatamentos e retiradas de argilas para a produção de tijolos e isso é prejudicial", destaca o coordenador executivo da Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoiname), Dourado Tapeba.

Os indígenas querem também que eventos culturais, como a própria assembleia anual, a Festa da Carnaúba (comemorada por algumas etnias), entre outros eventos próprios de cada povo, constem na grade curricular da educação escolar indígena, "para que professores e alunos deixem a sala de aula para participar destes eventos sem prejuízos, atitude que atualmente não é aceita pelos órgãos dirigentes da Educação no Estado", ressalta Dourado.

Essas resoluções foram tomadas a partir dos debates realizados durante a XVIII Assembleia dos Povos Indígenas do Ceará, realizada neste município entre os dias 6 a 9 deste mês. O encontro anual ocorreu na Escola Raízes Indígenas, situada na Aldeia Fidelis do Povo Tabajara. Autoridades estaduais e federais prestigiaram a Assembleia.

O evento se constitui como principal espaço de discussão e deliberação no âmbito do movimento indígena cearense. Participaram da Assembleia representantes de todas as 14 etnias do Estado: Tapeba, Pitaguary, Potiguara, Tremembé, Jenipapo-kaninde, Gavião, Tabajara, Tupinamba, Anacé, Tubiba tapuia, Kariri, Tapuia Kariri e Kalabaça. Questões centrais que permeiam o movimento indígena, como terra, saúde, educação e atuação de instituições e entidades nas ações governamentais e de apoio às comunidades indígenas cearenses também foram temas de debate no encontro e serviram como base para as deliberações do movimento, que elegeu para coordenação da Apoinme, micro região do Ceará, duas mulheres: a índia Maria de Jesus Sobrinho, conhecida como Dijé Tremembé, e Eliane Tabajara, de Poranga.

No primeiro dia, a mesa temática, intitulada "Os desafios na relação de convivência das comunidades indígenas com o semi árido - novas práticas e financiamento público para projetos produtivos" chamou a atenção das comunidades e autoridades indígenas e não indígenas presentes na abertura para o quadro de estiagem que o Estado enfrenta desde o ano passado e as formas dos povos conviverem com essa realidade climática. A saúde indígena foi o tema dos debates e reflexões na manhã do segundo dia do encontro, com a exposição do tema "O sub sistema de atenção à Saúde Indígena: contexto atual e as novas perspectivas".

CONT.



Ainda no mesmo dia outra mesa de debates, intitulada "Saberes indígenas: novas perspectivas de valorização e de fomento à diversidade cultural dos povos indígenas do Ceará", foi o centro das discussões entre os representantes das etnias. Francisco Pinheiro, secretário de Cultura do Estado foi o expositor deste tema.

"A participação da Secult foi muito importante para as nossas comunidades, pois defendemos a ampliação dos pontos de cultura entre os nossos povos", destaca Dourado.

"Lamentamos, porém, a ausência da Secretaria Estadual de Desenvolvimento Agrário na nossa Assembleia", complementa o coordenador.

"As diretrizes da Educação Escolar Indígena e as novas perspectivas para as escolas indígenas cearenses" foi o primeiro assunto abordado no terceiro dia do encontro pelos indígenas presentes, que em seguida debateram os seus direitos à luz da exposição do tema "O papel do Ministério Público Federal do Ceará na defesa dos Direitos Indígenas", cujos expositores foram o procurador da República, Patrício Noé da Fonseca, e o analista pericial do MPF/Ceará, Sérgio Teles Brissac.

No dia 8, os indígenas continuaram a discutir os seus direitos com os temas "A atuação do CDPDH na defesa dos direitos indígenas e o etnodesenvolvimento e as terras indígenas do Ceará" e "Violações dos direitos indígenas no Ceará". Os debates culminaram com reflexões sobre "Os desafios na demarcação das terras indígenas".

No último dia do evento, os indígenas participaram das deliberações finais, quando fizeram avaliações dos debates e definição das propostas apresentadas, para os devidos encaminhamentos junto às autoridades.



---

**Suplicy elogia desocupação de terra indígena no MT**  
SÍTIO CENARIOMT, 13.03.2013

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a força-tarefa do governo federal que promoveu a retomada por índios xavantes do território Marãiwatsédé, área de 165 mil hectares no norte de Mato Grosso.

No ano passado, a Justiça determinou que fazendeiros que ocupavam o território deixassem essas áreas para uso do povo xavante. A retirada dos produtores e das famílias que habitavam a região foi concluída no final de janeiro deste ano, cerca de dois meses depois do início da desocupação da terra indígena Marãiwatsédé.

– Essa experiência mostrou que quando o estado brasileiro se articula de forma coerente e colaborativa os direitos constitucionais de todos podem ser preservados, principalmente das comunidades mais frágeis e vulneráveis como indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais – disse Suplicy.

O senador registrou que a Câmara Municipal de São Paulo realizou em fevereiro um ato em defesa da comunidade indígena Xavante e do bispo Dom Pedro Casaldáliga, que atuou em prol dos índios no processo. Durante o evento, o secretário nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República, Paulo Maldos, que atuou na retomada do território, explicou que os índios xavantes foram retirados à força daquela área em 1966.

O senador também cumprimentou a presidente Dilma Rousseff e o secretário-geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, pela preservação dos direitos culturais e territoriais dos xavantes.

– Provou o governo Dilma Rousseff que esse processo pode ser realizado de maneira ordeira e pacífica. Trata-se agora de apoiar a comunidade indígena para que possa se organizar para viver e produzir de maneira corrente com seus padrões culturais – observou o parlamentar.



---

**Dois índios do programa de reserva de vagas se formam na UFSCar**

SÍTIO G1, 13.03.2013

Dois indígenas se formaram, nesta quarta-feira (13), na Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Eles são os primeiros índios graduados dentro do programa de reserva de vagas que teve início em 2008.

Edinaldo Xukuru do Orubá saiu de Pernambuco para cursar psicologia e, antes mesmo de se formar, foi convidado a participar do Conselho Estadual. "Tem um grupo que discute a aproximação da psicologia com as questões indígenas. A partir daí pensar numa aproximação responsável e que mais uma vez não cause danos às comunidades indígenas", disse.

Segundo ele, a formatura é uma grande conquista dos povos indígenas. "Nós temos poucos indígenas formados no ensino superior e existe uma grande demanda de profissionais nas comunidades", explicou.

Agenor Custódio Terena, que é do Mato Grosso do Sul, é o primeiro indígena do país a se formar no curso de Imagem e Som. Ele pretende agora contar a história da aldeia de onde veio com um documentário. "Tenho a história escrita, mas esse audiovisual ainda não tem. Isso pode ajudar a divulgar a cultura do meu povo. Eu também quero fazer pós-graduação, me aprimorar mais antes de voltar para lá", disse.

Em cada um dos 58 cursos oferecidos na UFSCar, uma vaga é para indígenas. Hoje, são 80 indígenas estudando nos três campi. "É a concretização de uma política que se estabeleceu na comunidade universitária, em benefício da presença da população brasileira e sua diversidade na universidade e na produção de conhecimento", afirmou a coordenadora de ações afirmativas, Roseli Rodrigues de Mello.

A conquista dos indígenas é uma inspiração para os outros que ainda estão em busca do diploma. "A gente se inspira mais ainda, vendo eles se formando, vendo que eles foram capazes de se formar, a gente também é capaz de chegar lá também", afirmou o estudante Marconde de Sousa.



---

**Seminário de Documentação Indígena acontece em maio**

SÍTIO TERRA, 13.03.2013

Entre os dias 28 e 29 de maio, será realizado no anfiteatro da Biblioteca Pe. Félix Zavattaro, na Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), o I Seminário de Documentação Indígena e Etnohistória. Durante o evento serão realizadas conferências com Bartomeu Meliá (CEPAG/Assunção) e José Ribamar Bessa Freire (UFRJ-UERJ).

O seminário é resultado do projeto Catalogação dos Documentos sobre os Povos Indígenas, que tem por objetivo organizar, salvaguardar e disponibilizar eletronicamente acervo documental sobre os Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul.

O evento será realizado pelo Centro de Apoio e Pesquisas Indigenistas (CAPI) e pelo Ministério da Justiça e tem como parceiros o Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações indígenas da UCDB (NEPPI/UCDB), Faculdade Intercultural Indígena da Universidade Federal da Grande Dourados (FAIND/UFGD), Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB (PPGE/UCDB), Curso de História da Católica, Ministério Público Federal de Mato Grosso do Sul (MPF/MS), Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (Pibid), Observatório da Educação, Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, Comissão Nacional de Verdade e Conselho Indigenista Missionário de Mato Grosso do Sul (CIMI/MS).



---

**MPF investiga crianças indígenas que pedem esmolas em Concórdia**

SÍTIO UOL, 13.03.2013

Frequentemente, os concordienses se deparam com crianças indígenas no centro da cidade. Normalmente, os menores ficam em frente a restaurantes, padarias, lanchonetes e supermercados. Na saída, os clientes são abordados por essas crianças, que pedem dinheiro.

O Ministério Público Federal de Concórdia instaurou um procedimento para investigar esses fatos. O ato foi instaurado no dia 19 de fevereiro. O MPF sugere encaminhamento de ofício à FUNAI, questionando se a fundação possui conhecimento das irregularidades apontadas, enviando cópia deste ofício ao Conselho Tutelar.

A presença de crianças indígenas em frente a estabelecimentos de Concórdia já acontece há alguns anos. Agora, o Ministério Público Federal quer respostas para o caso.



### **Quilombos inspiram pesquisa**

SÍTIO UOL, 13.03.2013

A Embrapa Agroindústria de Alimentos em conjunto com a Associação dos Remanescentes Quilombolas do Município de Oriximiná (ARQMO), são parceiros do projeto coordenado pela Dr<sup>a</sup>. Suzana Guimarães Leitão, do Departamento de Produtos Naturais e Alimentos da Faculdade de Farmácia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que visa transferir os conhecimentos tradicionais da comunidade quilombola para a sociedade e oferecer ao mercado um produto funcional.

Em toda a região amazônica, principalmente nas comunidades quilombolas de Oriximiná, a Saracura-mirá – SAR é tida como uma espécie de extrema importância na prevenção ou cura da malária. De suas cascas e raízes pode ser preparada uma bebida aquosa com espuma abundante e de sabor amargo, semelhante à cerveja, o que lhe confere os nomes de “cervejinha”, “cerveja-do-mato” e “cerveja-de-índio”.

Considerada uma planta estimulante e energética, a SAR é empregada para diversos fins na medicina popular. Suas raízes são tidas como depurativas, sendo também empregadas no tratamento de distúrbios gastrintestinais, inflamações e quadros de febre. Suas cascas são utilizadas no preparo de um tônico fortificante, além de serem usadas como afrodisíaco e em casos de mordida de cobras. Há relatos de uso da SAR no tratamento de dores nas juntas, inflamações de mulher, anemias e diabetes, sendo utilizada também como revitalizador e diurético.

As Pesquisadoras Daniela Freitas, da Embrapa Agroindústria de Alimentos e Priscilla Finotelli, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, são responsáveis pelo desenvolvimento de uma formulação aceitável de uma bebida em pó reconstituível". Outra frente de atuação da Empresa envolve as equipes dos laboratórios de Análise de Resíduos de Pesticidas e Cromatografia, Isabela Miranda e Humberto Bizzo, que trabalharam na separação e identificação dos compostos bioativos que promovem os efeitos estimulantes da bebida.

Testes preliminares foram realizados com diversos sabores de refresco em pó para seleção do melhor sabor da bebida. Baseado na experiência da comunidade definiu-se uma quantidade similar de SAR consumida para ser misturada com açúcar e refresco em pó. Foram realizados diversos testes na Embrapa Agroindústria de Alimentos, a fim de encontrar qual seria a quantidade ideal de SAR e açúcar que resultasse em uma bebida de melhor aceitação. Essa proporção já foi encontrada, e o projeto se encontra agora na fase de verificação da aceitabilidade do produto pelo seu público alvo, praticantes de atividades físicas.



---

**Emater ajuda quilombolas no acesso ao Minha Casa, Minha Vida Rural**

SÍTIO AGENCIAPARA, 13.03.2013

O escritório local da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) em Abaetetuba, no nordeste do estado, deve emitir, neste semestre, pelo menos 600 declarações de aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) para quilombolas do município terem acesso ao Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), que faz parte do "Minha Casa, Minha Vida", do governo federal.

Outros 400 documentos – que incluem levantamento socioeconômico das famílias e coordenadas geográficas das propriedades – devem ser elaborados sobre agricultores familiares tradicionais, moradores de mais de 60 comunidades das vicinais da rodovia PA-151 e das 72 ilhas de Abaetetuba.

O trabalho da Emater nesse sentido começou em janeiro, com o apoio de associações dos próprios beneficiários, especialmente da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos de Abaetetuba (Arquia), que representa localidades ribeirinhas (das margens dos rios Itacuruçá, Arapapu, Arapapuzinho, Acaraquê e Jenipaúba) e do entorno da rodovia PA – 252.

“Visitamos as comunidades e coletamos dados. Como muitos dos agricultores já são atendidos regularmente pela Emater, dele existem declarações de aptidão (daps) vigentes: fazemos essa conferência e imprimimos o extrato. As daps novas também são entregues diretamente às associações”, explica o chefe do escritório local da Emater, o técnico agrícola Francisco de Assis.



---

**POCONÉ: Gestão de terras indígenas serão lançadas**

SÍTIO TOP, 13.03.2013

Os primeiros planos de gestão territorial na bacia do rio Juruena serão lançados oficialmente no dia 21 de março de 2013, em um grande evento que vai reunir em Poconé cerca de 120 indígenas. A publicação dos planos de gestão das terras indígenas Myky, Manoki e Pirineus de Souza é um marco para a região e para o estado, pois sistematiza um conjunto precioso de informações elaboradas e definidas pelos indígenas em relação ao registro de seus modos de vida, desafios, ameaças ao território e à cultura, perspectivas, necessidades e demandas.

Agora, Mato Grosso poderá conhecer pela primeira vez três planos de gestão de áreas localizadas integralmente no estado. Em 2008, o povo Paiter Suruí, da Terra Indígena Sete de Setembro (RO/MT), concluiu este trabalho, que está sendo também realizado atualmente pelos Rikbaksa, Bakairi e diversos grupos xinguanos junto à FUNAI e outros parceiros. "Será uma oportunidade para os povos indígenas darem visibilidade a outros modelos de gestão valorizando relações com a natureza que não são mercadológicas, com respeito aos locais sagrados e uso tradicional dos territórios", avalia Artema Lima, educadora ambiental do Projeto Berço das Águas, executado pela Operação Amazônia Nativa (OPAN), que apoiou a construção dos planos de gestão. A iniciativa é patrocinada pela Petrobras através do Programa Petrobras Ambiental.

Os planos de gestão são um importante instrumento para a reflexão coletiva sobre as diferenças do modo de vida antes e depois das demarcações. Por isso é fundamental pensar os territórios considerando as limitações e pressões do entorno para planejar as atividades tradicionais e de geração de renda de forma sustentável. Além deste propósito, os planos são uma ferramenta política e poderão facilitar o relacionamento dos povos com parceiros, órgãos do poder público e da sociedade civil.

O processo de elaboração dos planos de gestão territorial Manoki e Myky começou em 2011 como parte das ações do Projeto Berço das Águas, que abrangeu ainda o apoio ao manejo tradicional indígena e à estruturação de cadeias de produtos da sociobiodiversidade na bacia do rio Juruena. Já a atuação com os subgrupos Sabanê, Manduca, Tawandê, Nechuandê, Ialakolorê e Idalamarê da Terra Indígena Pirineus de Souza se desenvolveu em 2012, contando ainda com ações de apoio à produção de roças tradicionais. Todas essas experiências vêm sendo conduzidas em consonância com a Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial Indígena (PNGATI), sancionada no dia 5 de junho de 2012 pela presidente Dilma Rousseff.

Esta política tem como objetivos a proteção, conservação, recuperação e uso sustentável dos recursos das terras indígenas, assegurando a autonomia sociocultural de suas populações. Em todo o momento, os indígenas apontam a necessidade de estabelecer processos permanentes de fomento à sustentabilidade nas terras indígenas associando alternativas econômicas e proteção ambiental. Isso reforça a necessidade de se reconhecer que não basta demarcar, mas é preciso apoiar iniciativas que promovam as condições necessárias aos modos de vida próprios desses povos em seus territórios, cujos recursos naturais estão frequentemente limitados e ameaçados pelos empreendimentos implantados em seu entorno.



---

**Guarani-Kaiowás vão a Brasília pressionar por demarcação e segurança**

SÍTIO TERRA, 13.03.2013

Uma delegação de sete lideranças indígenas Guarani-Kaiowá do Mato Grosso do Sul chegou em Brasília nesta terça-feira (12). Eles pretendem exigir do governo a demarcação de terras e a execução emergencial de um programa de segurança para as áreas em conflito.

Nesta terça-feira, os indígenas se reúnem com procuradores federais do Ministério Público Federal (MPF) responsáveis por tratar de questões relacionadas a populações indígenas e comunidades tradicionais. Ao longo da semana, os indígenas esperam ser recebidos pela presidência do Supremo Tribunal Federal, pelo ministro da Justiça e pela ministra da Casa Civil.

As lideranças cobrarão a demarcação territorial estabelecida no Termo de Ajustamento de Conduta pelo MPF com a Fundação Nacional do Índio em 2007, cujos prazos expiraram em 2012. Na agenda eles discutirão também o julgamento das ações referentes às quest

ões das terras que estão paralisadas no STF, a necessidade de espaço territorial para produção agrícola e os problemas no atendimento à saúde nas áreas Guaranis.



---

**Famílias Indígenas ocupam fazenda da Veracel no interior de Itabela**

SÍTIO GIRO, 13.03.2013

Cerca de 70 famílias indígenas Pataxós, das aldeias Meio da Mata, Boca da Mata, Barra Velha e Guaxuma, ocuparam na manhã desta quarta-feira (13) a fazenda de eucalipto Água vermelha, localizada as margens da BR-101 no distrito de Monte Pascoal no município de Itabela (BA). A fazenda pertence à empresa Veracel Celulose.

Os indígenas reivindicam a presença de representante do INCRA, da FUNAI e da Veracel, para discutir sob as demarcações de suas terras e outras reivindicações. Para os índios as aldeias têm necessidades de escolas, estradas, saúde e a demarcação de sua Arias.

A área ocupada pelos indígenas fica ao entorno da reserva do Parque Nacional e é a mesma que foi ocupada pelas mulheres do movimento sem terra a menos de 10 dias. Segundo os indígenas estas áreas foram analisadas nos levantamentos feitos pelo Grupo Técnico de Identificação e Delimitação da Terra Indígena, cujo relatório ainda está sob avaliação da Fundação Nacional do Índio (Funai), em Brasília.

Na tarde de hoje a reportagem do Site Giro de Notícias esteve no local para ouvir as mulheres indígenas que relatou através de uma representante Jussara Brás, que empresa Veracel celulose teria firmado um acordo com eles, que plantaria o eucalipto na área e após o corte da planta toda a área seria entregue a eles, o que não aconteceu.